

Moçambique respeita normas

Notícias, Política, Pág. 15, 15.06.2018, ed 30.3 86



Mukaruliza Monique e Joaquim Veríssimo na cerimónia alusiva à passagem do 24.º aniversário do genocídio do Ruanda

MOÇAMBIQUE aplica e respeita as diversas normas do Direito Internacional sobre prevenção e combate aos crimes de violação dos direitos humanos, como é o caso do crime de genocídio e outras formas de negação do exercício de direitos e liberdades fundamentais.

A afirmação é do ministro da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos, Joaquim Veríssimo, que falava em Ma-

puto, na cerimónia alusiva à passagem do 24.º aniversário do genocídio do Ruanda, ocorrido em 1994.

De acordo com o dirigente, é neste contexto que, como Estado parte da Convenção das Nações Unidas sobre Prevenção e Repressão do Crime de Genocídio, Moçambique condena com veemência todas as formas de crime com a intenção de destruir, total ou parcialmente, um grupo étni-

co, racial ou religioso.

“Queremos reafirmar que o nosso Governo e as nossas instituições do sistema de Administração da Justiça continuarão a trabalhar afinadamente para garantir que Moçambique não seja usado como porto seguro para indivíduos criminosos que, a partir do nosso território, ameçam a segurança e integridade física do Estado e do povo ruandês”, afirmou.

Joaquim Veríssimo garantiu ainda que, em conformidade com a legislação interna e as normas do Direito Internacional, as autoridades governamentais moçambicanas continuarão a trabalhar em conjunto com o Ruanda com vista a assegurar que todos os indivíduos acusados pela justiça deste país de participação directa ou indirecta num crime tão hediondo, como é o caso do genocídio de 1994, sejam responsabilizados.

A embaixadora do Ruanda em Moçambique e Zâmbia, Mukaruliza Monique, destacou as boas relações existentes entre os dois países, sublinhando o papel determinante e abertura do Chefe do Estado moçambicano, Filipe Nyusi, para o aprofundamento da cooperação.

“Depois dos problemas que tivemos, o Ruanda encontrou soluções domésticas que estão a projectar o nosso país e a responder aos desafios específicos. São os casos da reconciliação, unidade, programas pró-pobres, democracia consensual em oposição à política de confrontação, Estado de Direito e prestação de contas, sistema de governação de base ampla, diálogo nacional e muito mais”, disse Mukaruliza Monique.